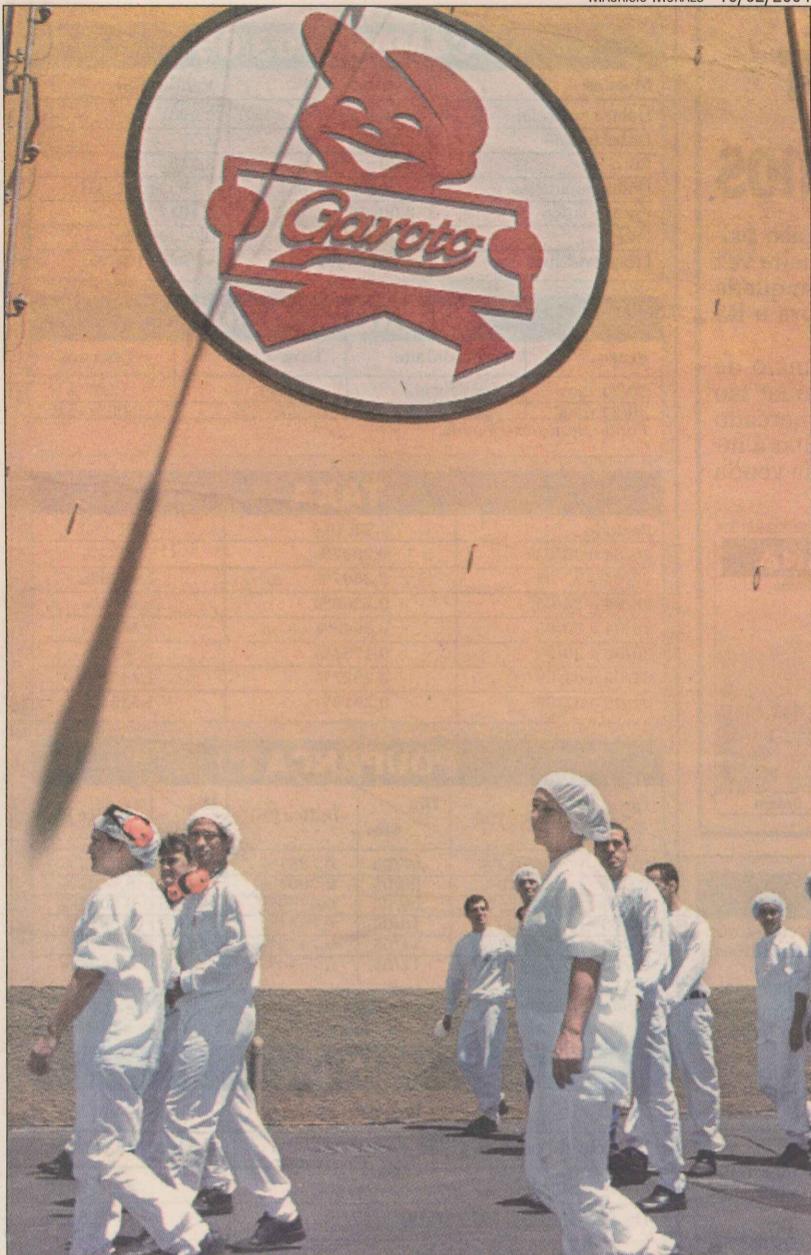


MAURÍCIO MORAES - 10/02/2004



Funcionários da Garoto: lei para manter a fábrica com a Nestlé

Projeto para vetar decisões do Cade

O senador Gerson Camata apresenta ao Senado uma proposta que derruba decisão do Cade sobre a Garoto

Um projeto de decreto legislativo suspendendo as decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em relação à compra da Chocolates Garoto pela Nestlé será apresentado hoje no Senado pelo senador Gerson Camata.

Pelo documento, que será apresentado aos demais senadores hoje às 14 horas, a Constituição de 1988 dá ao Congresso Nacional a competência exclusiva para fiscalizar, controlar e sustar os atos do Poder Executivo e de entidades pertencentes à administração indireta.

Sendo assim, as decisões proferidas pelo Cade, pertencente à Administração Indireta, estão sob o crivo do poder de controle e fiscalização exercido pelo Congresso Nacional.

“A medida propõe sustar as decisões normativas proferidas pelo Cade impedindo que essas empresas (Garoto e Nestlé), empregados, fornecedores, distribuidores, consumidores e a sociedade de um modo em geral sofram os inevitáveis e vultosos prejuízos que certamente virão caso a decisão do Cade seja cumprida”, explicou o senador.

O senador frisou ainda que existem inúmeras irregularidades praticadas pelo Cade durante a instrução e o julgamento do “Ato de Concentração”.

“Entre as irregularidades podemos citar a provável aprovação tácita da operação em decorrência da expiração do prazo de julgamento previsto, que é de 60 dias, considerada a injustificável lentidão na apreciação da compra pelo Cade, que demorou dois anos”.

PROCESSO

Na semana passada o Cade negou o recurso impetrado pela Nestlé em fevereiro deste ano cabendo a multinacional vender a fábrica da Garoto.

No entanto, segundo a própria Nestlé, a empresa estará ingressando com ações na Justiça comum contra o veto do Cade ao negócio fechado com a fábrica capixaba, em fevereiro de 2002, no valor de R\$ 600 milhões.

Segundo o diretor jurídico da empresa, Humberto Maccabelli, a empresa só entrará com ações na Justiça após a publicação do acórdão (texto final do julgamento), que deverá acontecer ainda na primeira quinzena deste mês.

ENTENDA A HISTÓRIA

Zota e Estevão/Editoria de Arte

